

INJÚRIAS NÃO INTENCIONAIS EM CRIANÇAS DE 2 A 6 ANOS NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS E FATORES ASSOCIADOS¹

UNINTENTIONAL INJURIES AMONG CHILDREN FROM 2 TO 6 YEARS OLD IN THE CITY OF FLORIANOPOLIS AND OTHER FACTORS ASSOCIATED TO THEM

Michelly Cristina Franco², Gabriela Bohrer Bolsson³, Suely Grosseman⁴, Carla Miranda⁵, Keila Pereira⁵, Dirce Stein Backes⁶, Mabel Cordeiro⁷ e Bianca Zimmermann dos Santos⁸

RESUMO

O objetivo do estudo foi estimar a prevalência de injúrias não intencionais sofridas entre crianças e fatores associados. O estudo transversal descritivo foi realizado com 398 crianças, com idade a partir de dois anos, que frequentavam pré-escolas públicas de Florianópolis em 2009. Os dados foram coletados através de um questionário com questões abertas e fechadas. Utilizou-se o teste Qui-quadrado para avaliar as associações presentes ($p < 0,05$). Entre as 398 crianças incluídas na amostra, 275 (69,1%) sofreram injúria(s) não intencional(is). Constatou-se que há associação entre a idade do responsável ($p = 0,031$), número de filhos ($p = 0,029$), grau de escolaridade ($p = 0,013$) e bens de consumo presentes na residência ($p = 0,005$) com a ocorrência de injúria não intencional. A amostra revelou alta prevalência de injúrias não intencionais que estiveram associadas a responsáveis mais velhos, com menor número de filhos e maior grau de escolaridade. O conhecimento da frequência de lesões não intencionais nas crianças e os fatores associados a essas podem conduzir a criação de ações conjuntas entre profissionais da área da saúde, governo e sociedade civil, para prevenir a ocorrência desse agravo.

Palavras-chave: acidentes, cuidado da criança, fatores socioeconômicos.

ABSTRACT

The objective of the study was to estimate the prevalence of unintentional injuries performed among children and other factors associated to them. The descriptive cross-sectional study was performed with 398 children, from two to six years old, who attended public kindergarten in Florianópolis in 2009. Data were collected through a questionnaire with open and closed questions. A Qui-square test was used to evaluate the observed associations ($p < 0.05$). Among the 398 children included in the sample, 275 (69.1%) suffered unintentional injuries. It was found out that there was an association between the age of the person

¹ Trabalho de Iniciação Científica.

² Acadêmica do curso de Odontologia - Universidade Franciscana (UFN). E-mail: michelly_cfranco@hotmail.com

³ Colaboradora. Mestre Profissional em Saúde Materno Infantil - Universidade Franciscana (UFN). E-mail: gabi_bolsson@hotmail.com

⁴ Colaboradora. Docente de Pós-graduação em Medicina e em Odontologia - Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: sgrosseman@gmail.com

⁵ Colaboradoras. Docentes do curso de Odontologia - Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). E-mails: miranda.carla@unisol.br; keila.pereira@unisol.br

⁶ Colaboradora. Docente do curso de Enfermagem - Universidade Franciscana (UFN). E-mail: backesdirce@ig.com.br

⁷ Colaboradora. Docente de Pós-graduação em Odontologia - Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: mcordeiro@ccb.ufsc.br

⁸ Orientadora. Docente do curso de Odontologia e do Mestrado Profissional em Saúde Materno Infantil - Universidade Franciscana (UFN). E-mail: biancazsantos@hotmail.com

in charge ($p = 0.031$), *number of children* ($p = 0.029$), *educational level* ($p = 0.013$) and *consumer goods present in the residence* ($p = 0.005$) with the occurrence of unintentional injury. The sample revealed a high prevalence of unintentional injuries that were associated with older persons with fewer children (offspring) and a higher educational level. A precise knowledge of the frequency of unintentional injuries in children and the factors associated with them can lead to the creation of joint actions among health professionals, government and civil society, to prevent this from happening.

Keywords: *accidents, child care, socioeconomic factors.*

INTRODUÇÃO

As injúrias, definidas em Medicina como traumatismos, geralmente provocados por agentes externos, são muito frequentes na infância e consideradas um problema de saúde pública mundial, causando mais de 5 milhões de mortes por ano ou 16.000 mortes por dia (WHO, 2008). Geralmente, em países com menos evidências científicas sobre esse agravo, para orientar estratégias de intervenção, e menor número de recursos para investir em infraestrutura para prevenção, os dados epidemiológicos são ainda mais alarmantes (CHANDAN; HYDER; PEEK-ASA, 2010).

Por muito tempo, utilizou-se a palavra “acidente” para definir esse agravo. No entanto, com o passar dos anos, observou-se que essa é definida como um acontecimento casual que não depende da vontade humana, não permitindo o uso de medidas preventivas. Assim, atualmente, utiliza-se o termo injúrias não intencionais, que são eventos que podem ser prevenidos através da educação, de modificações no meio ambiente e cumprimentos de legislação e regulamentações específicas (KENDRICK et al., 2013).

As injúrias não intencionais na infância ocorrem principalmente em ambientes inseguros, ou devido a um comportamento de risco ou uma combinação dos dois (O’NEAL; PLUMERT, 2014). As crianças menores de seis anos de idade são as mais suscetíveis, pois estão passando por mudanças físicas, na forma de se relacionar com o ambiente e com as pessoas, e adquirindo novas habilidades. Porém, ainda não possuem a capacidade de avaliar riscos, sendo totalmente dependentes de seus cuidadores (GARRIB et al., 2001).

As injúrias não intencionais na infância têm sido associadas a fatores socioeconômicos, cognitivos e comportamentais relacionados às crianças, ao comportamento da família e da sociedade em que vivem (RUSSELL, 1998; GARRIB et al., 2001; COLLINS et al., 2013). Segundo a Agência de Saúde Pública do Canadá (CDC, 2010), as causas mais comuns de injúrias não intencionais na infância incluem: afogamentos, quedas, queimaduras, intoxicações, asfixia e lesões relacionadas ao transporte.

Portanto, os pais devem ser capazes de avaliar, pelo menos num nível básico, a relação entre o desenvolvimento dos filhos e o risco de injúrias físicas. Os cuidadores precisam entender que o objetivo principal é detectar e remover os fatores de risco, e não mudar o comportamento da criança (WAKSMAN; GIKAS, 2003; WAKSMAN; PIRITO, 2005).

Ainda conforme alguns estudos, observa-se a necessidade da atuação dos profissionais da saúde, juntamente com todos os níveis do governo, para buscar investimento em estratégias de prevenção de lesões, educando a população sobre os riscos, influenciando uma mudança de comportamento em relação à segurança das crianças e criando ambientes com supervisão para que elas possam aprender, brincar e passear. Ainda o registro de novas lesões ocorridas é importante, para que dados atuais possam orientar medidas de prevenção específicas (CHANDAN; HYDER; PEEK-ASA, 2010; YANCHAR; WARDA; FUSELLI, 2012).

Ademais, as famílias devem atentar às práticas de proteção e de supervisão contínua das crianças, o que será essencial para evitar novas injúrias (IMAMURA; TROSTER; OLIVEIRA, 2012).

Em nosso país existem poucos estudos avaliando esse desfecho e suas causas, sendo a maioria realizados a partir de dados de pacientes hospitalizados, que representam apenas casos mais severos. Ainda, em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, nenhum levantamento havia sido feito. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi estimar a prevalência de injúrias não intencionais sofridas entre as crianças a partir de dois anos de idade, que frequentavam as pré-escolas da rede municipal da cidade de Florianópolis, Santa Catarina e fatores associados.

MATERIAL E MÉTODOS

SUJEITOS E DELINEAMENTO DO ESTUDO

Estudo transversal descritivo realizado com crianças que frequentavam pré-escolas municipais públicas em Florianópolis/SC/Brasil, em 2009. Florianópolis é a capital do Estado de Santa Catarina, localizado na região sul do Brasil. Em 2009, havia 10.000 crianças matriculadas em pré-escolas da rede municipal da cidade, distribuídas entre 68 unidades educacionais. Todas as crianças, com idade a partir de dois anos, foram consideradas elegíveis para o estudo.

O cálculo do tamanho amostral baseou-se nos seguintes parâmetros: nível de confiança de 95%, prevalência de injúrias não intencionais entre crianças no primeiro ano de vida de 86% (DRACHLER et al., 2007) e margem de erro de 3,5%. Esse cálculo determinou um tamanho amostral mínimo de 385 crianças. Acrescendo-se uma proporção de perdas e recusas de 25%, foram entregues questionários aos responsáveis por 481 crianças. A amostra foi estratificada por região do município, considerando as cinco regiões: norte -17 escolas, central - 22 escolas, leste -3 escolas, sul da Ilha - 16 escolas e região continental - 10 escolas. O número de escolas sorteadas para a pesquisa foi proporcional, ficando norte - 3 escolas, central - 4 escolas, leste -1 escola, sul da Ilha - 3 escolas e região continental - 2 escolas.

Um estudo piloto foi realizado com 10% do total da amostra, envolvendo crianças não participantes do plano amostral, para aferir a exequibilidade da proposta metodológica. Observou-se que

tal proposta era exequível, sem necessidade de ajustes. Os dados foram coletados durante o terceiro trimestre de 2009, através de um questionário com questões abertas e fechadas. O questionário foi entregue aos professores das crianças pertencentes à amostra, para que fosse preenchido em casa pelos responsáveis por essas e posteriormente devolvido na escola.

VARIÁVEIS DO ESTUDO

Foi considerada variável dependente deste estudo a ocorrência de injúria não intencional pelas crianças.

Como variáveis independentes, foram consideradas: idade e sexo da criança, quem é o responsável por ela, sua idade, estado civil, número de filhos e escolaridade (categorizada em básica, correspondendo até o nono ano; fundamental, quando completado o segundo grau; superior, quando com graduação completa), se trabalha fora de casa e, nesse caso o tipo de trabalho (categorizado em não qualificado, correspondendo aos serviços básicos que não exigem qualificação; qualificado, nos casos em que há necessidade de alguma formação técnica para execução da função; altamente qualificado, quando o trabalho só pode ser exercido mediante uma graduação ou pós-graduação), períodos que cuida da criança, tipo de residência que moram, número de cômodos que compõe, quantas pessoas e crianças residem nesse lar e bens de consumo presentes (ABEP, 2012) e que outras pessoas, além do responsável principal, cuidam da criança.

ANÁLISE ESTATÍSTICA DOS DADOS

Os dados foram registrados no programa Excel, com realização de dupla digitação e posterior validação para correção de possíveis inconsistências. Após a descrição das variáveis, utilizou-se do qui-quadrado para avaliar a associação entre a ocorrência de injúrias não intencionais na infância e as variáveis categóricas, sendo as análises realizadas com o programa SPSS 20.0, considerando-se estatisticamente significativas as associações com valor $p < 0,05$.

ASPECTOS ÉTICOS

O projeto deste estudo foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina e aprovado por esse sob o número 256/07.

RESULTADOS

Das 481 crianças, cujos pais ou responsáveis receberam o instrumento de pesquisa, 416 devolveram o questionário preenchido. Dessas, 13 foram excluídas por terem menos de dois anos de idade e, cinco, devido a problemas no preenchimento do questionário. Foram considerados, portanto, os questionários relativos a 398 crianças, o que resultou em uma proporção de perdas e recusas de 17%.

As variáveis de caracterização das crianças foram apresentadas na tabela 1. A média de idade das crianças do estudo foi de 49,58 meses (IC95% (48,19 - 50,97)). A maior parte da amostra estava incluída na faixa etária entre 24 e 59 meses (73%) e 55,5% eram do sexo masculino. Quanto à ocorrência de injúrias não intencionais, 69,1% das crianças tinham história do agravo, sendo que 40,2% já haviam sofrido mais de uma injúria.

Tabela 1 - Variáveis de caracterização das crianças que frequentaram pré-escolas do município de Florianópolis, SC, Brasil, 2009 (n = 398).

Variáveis	N	%
Idade (meses)		
24-35	87	21,8
36-47	95	23,8
48-59	109	27,4
60-71	75	18,8
72 ou mais	32	8,2
Sexo		
Masculino	221	55,5
Feminino	177	44,5
Ocorrência de injúria(s) não intencional(is)		
Sim	275	69,1
Não	118	29,6
Não sabe/Não respondeu	5	1,3
Injúria(s) que já sofreu na vida		
Nenhuma vez	118	29,6
Uma	115	28,9
Duas	84	21,1
Três	38	9,5
Quatro	17	4,3
Cinco	19	4,8
Seis -+	2	0,5
Não respondeu	5	1,3

Fonte: construção dos Autores.

Já as variáveis de caracterização dos responsáveis das crianças foram apresentadas na tabela 2. A média de idade desses foi de 31,1 anos (IC95% (30,34 - 31,86)). Nota-se que, para 86,4% das crianças, o responsável principal foi a mãe. Boa parte deles tinha entre 51 e 64 anos de idade (48,7%), mais da metade eram casados (52%) e 45,2% tinham um único filho. Quanto à escolaridade, a maioria dos responsáveis (53%) apresentava ensino fundamental completo e apenas 16,6% tinha grau superior,

79,6% relataram trabalhar fora de casa, sendo que 75,6% eram trabalhadores não qualificados. Apesar disso, 46,2% afirmaram cuidar das crianças em tempo integral.

Tabela 2 - Variáveis de caracterização dos responsáveis principais pelas crianças que frequentaram pré-escolas do município de Florianópolis, SC, Brasil, 2009 (n = 398).

Variáveis	N	%
Responsável principal		
Mãe	344	86,4
Pai	40	10,1
Avó ou Avô	5	1,3
Tia ou Tio	1	0,3
Outra criança	1	0,3
Não sabe ou não respondeu	7	1,8
Idade (anos -tercis)		
24 a 33 anos	64	16,1
34 a 50 anos	140	35,2
51 a 64 anos	194	48,7
Estado civil		
Solteiro(a)	77	19,3
Casado(a)	207	52,0
Amigado(a)	93	23,4
Divorciado(a)	8	2,0
Viúvo(a)	4	1,0
Não Sabe	9	2,3
Número de filhos		
Único	180	45,2
Dois	130	32,7
Três ou mais	77	19,3
Não Sabe	11	2,8
Grau de escolaridade		
Básico	107	26,9
Fundamental	211	53,0
Superior	66	16,6
Não sabe	14	3,5
Trabalha fora de casa		
Sim	317	79,6
Não	73	18,3
Não Sabe	8	2,0
Tipo de trabalho		
Trabalhador não qualificado	301	75,6
Trabalhador qualificado	92	23,1
Trabalhador altamente qualificado	5	1,3
Períodos que cuida da criança		
Nenhum	5	1,3
Um período	209	52,5
Integral	184	46,2
Tipo de residência que moram		
Casa	339	85,2
Apartamento	50	12,6
Não sabe	9	2,3

Número de pessoas que moram na residência		
Até três	281	70,6
Quatro	58	14,6
Cinco ou mais	56	14,1
Não sabe	3	0,8
Número de crianças que moram na residência		
Somente uma	188	47,2
Duas a três	140	35,2
Quatro ou mais	56	14,1
Não sabe	14	3,5
Bens de consumo presentes na residência		
Até cinco	63	15,8
Seis a dez	301	75,6
Mais de dez	27	6,8
Não sabe	7	1,8
Outras pessoas que cuidam da criança		
Pai da criança	282	70,9
Irmão/irmã da criança	86	21,6
Tio/tia da criança	112	28,1
Avô/Avó da criança	185	46,5
Babá	18	4,5

Fonte: construção dos Autores.

Para a análise de associação, as variáveis “estado civil” e “outras pessoas que cuidam da criança” foram agregadas (Tabela 3). Em cada análise, foram consideradas apenas as respostas válidas. Na tabela 3, foi possível avaliar a associação entre a ocorrência de injúrias não intencionais com as seguintes variáveis independentes da pesquisa: idade do responsável ($p=0,031$), número de filhos ($0,029$), grau de escolaridade ($p=0,013$) e bens de consumo presentes na residência ($p=0,005$).

Tabela 3 - Associação entre a ocorrência de injúrias não intencionais com as variáveis independentes. Florianópolis, SC, Brasil, 2009.

Variáveis	Ocorrência de injúria(s) não intencional(is)				Valor p*
	Não		Sim		
	N	%	N	%	
Idade da criança (meses) (n=393)					0,211
24-35	24	29,9	61	70,1	
36-47	32	33,7	63	66,3	
48-59	34	33,0	73	67,0	
60-71	21	28,0	54	72,0	
72 ou mais	7	25,0	24	75,0	
Sexo da criança (n=393)					0,078
Masculino	59	26,7	161	72,9	
Feminino	59	33,3	114	64,4	
Responsável principal (n=386)					0,627
Mãe	100	30,5	239	69,5	
Pai	13	32,5	27	67,5	
Avó ou avô	2	40,0	3	60,0	
Tio ou tia	1	100,0	0	0,0	
Outra criança	0	0,0	1	100,0	

Idade do responsável (n=393)					0,031*
24 a 33 anos	19	32,8	43	67,2	
34 a 50 anos	44	31,4	96	68,5	
51 a 64 anos	55	29,9	136	70,1	
Estado civil (n=393)					0,817
Morando junto	84	29,0	213	71,0	
Morando separado	31	37,1	56	62,9	
Não sabe	3	33,3	6	66,7	
Número de filhos (n=382)					0,029*
Único	49	27,3	130	72,7	
Casal	34	28,5	93	71,5	
Três ou mais	32	42,9	44	57,1	
Grau de escolaridade (n=379)					0,013*
Básico	36	38,3	66	61,7	
Fundamental	62	29,4	149	70,6	
Superior	15	22,7	51	77,3	
Trabalha fora de casa (n=385)					0,821
Sim	98	31,9	216	68,1	
Não	18	27,4	53	72,6	
Tipo de trabalho (n=393)					0,587
Trabalhador não qualificado	87	28,9	211	70,1	
Trabalhador qualificado	30	32,6	60	65,2	
Trabalhador altamente qualificado	1	20,0	4	80,0	
Períodos que cuida da criança (n=398)					0,089
Nenhum	2	40,0	3	60,0	
Um Período	74	35,4	135	64,6	
Integral	42	22,8	142	77,2	
Tipo de residência que moram (n=384)					0,988
Casa	100	29,5	234	69,0	
Apartamento	15	30,0	35	70,0	
Número de pessoas que moram na residência (n=391)					0,845
Até três	81	30,2	196	69,8	
Quatro	20	34,5	38	65,5	
Mais de quatro	16	28,6	40	71,4	
Número de crianças que moram na residência (n=379)					0,248
Uma	46	25,5	140	74,5	
Duas a Três	47	35,0	91	65,0	
Mais de quatro	19	35,7	36	64,3	
Bens de consumo presentes na residência (n=387)					0,005*
Até cinco	20	38,1	39	61,9	
Seis a dez	85	28,2	216	71,8	
Mais de dez	11	40,7	16	59,3	
Outras pessoas que cuidam da criança (n=379)					0,922
Somente pais da criança	22	21,8	78	78,2	
Pais e Parentes	88	32,4	180	67,6	
Babás	3	27,3	8	72,7	

** estatisticamente significativa

Fonte: construção dos Autores.

DISCUSSÃO

Atualmente, as injúrias não intencionais são consideradas um problema de saúde pública mundial, sendo consideradas a principal causa de morte em crianças e adolescentes com idades entre 0 e 19 anos (PEARSON et al., 2012; HÖLLWARTH, 2013). Ainda, pesquisas recentes (MARTIN et al., 2012; ABLEWHITE et al., 2015a; ABLEWHITE et al., 2015b) evidenciaram que, apesar dos esforços na prevenção desse agravo, não são observados resultados positivos no seu controle, e crianças que já sofreram algum tipo de lesão não intencional possuem ainda maior risco para sofrerem novas lesões (MYTTON et al., 2014).

Neste estudo, quase 70% das crianças incluídas já haviam sofrido, pelo menos, uma injúria não intencional durante sua vida e 40,2% tiveram mais de uma história do agravo. Dados similares foram encontrados em outras pesquisas progressas (DAL SANTO et al., 2004; DRACHLER et al., 2007; ZIA et al., 2012), como a realizada no Paquistão, onde entre as 566 crianças com menos de 12 anos de idade consideradas, 409 (72%) já haviam sofrido algum tipo de lesão não intencional (ZIA et al., 2012). Em relação à prevalência de injúrias não intencionais na infância, é preciso considerar, também, que há possibilidade de, em pesquisas retrospectivas, os cuidadores não relatarem todas as ocorrências, visto que nos casos em que não há ferimento, os eventos acabam passando despercebidos ou são esquecidos, por não causarem danos evidentes.

Quanto ao cuidador da criança, observou-se que, na maioria das vezes é a mãe a principal responsável e cuidadora. Nesse sentido, chama a atenção outra pesquisa realizada (BISHAI et al., 2008), onde os resultados demonstraram que, apesar das mães terem sido apontadas como cuidadoras principais, 90% delas trabalhavam fora de casa, o que certamente imprime limitações, especialmente no que diz respeito à supervisão contínua das crianças, que deve ser realizada com cautela na primeira infância. Tratando-se de crianças com idades até os quatro anos, com elevado grau de dependência dos seus cuidadores, a responsabilidade atribuída a eles é grande. Desse modo, quando não supervisionam ou fazem-no de uma forma inadequada, o risco de ocorrência de lesão não intencional aumenta (RAMOS; NUNES, 2014).

Neste estudo, não houve associação significativa entre a ocorrência de injúrias não intencionais e a idade das crianças. Já em estudo progresso, foi observado um aumento no risco da ocorrência de lesões não intencionais entre crianças com idade superior a dois anos e meio (DAL SANTO et al., 2004). Na literatura, é descrito que a idade, o estágio de desenvolvimento, o modo como a criança interage com o mundo e os tipos de atividades que desempenha, determinarão juntos, a ocorrência ou não de injúrias durante a infância (PENDEN, 2008; MORRONGIELLO; SCHMIDT; SCHELL, 2010).

Sobre a associação entre o sexo das crianças e a ocorrência de injúrias não intencionais, essa não foi comprovada nesta pesquisa. Já em estudos progressos, foram observadas que as injúrias acometem mais meninos do que meninas, o que foi relacionado a um maior cuidado por parte dos pais com a supervisão das meninas, por considerá-las mais frágeis (MORROGIELLO; DAWBER, 2000; BRUSSIONI et al., 2013).

Os resultados desta pesquisa não demonstraram associação entre quem era o responsável principal pela criança e a ocorrência de injúrias. No entanto, há indícios de que o risco de uma criança sofrer esse tipo de agravo aumenta quando o responsável por seus cuidados é um irmão mais velho ou um dos avós. No primeiro caso, pode haver relação com a falta de maturidade de uma criança para cuidar de outra. Quanto aos avós, eles podem ter uma visão à moda antiga sobre as práticas de segurança e cuidados infantis, muitas vezes considerando-os desnecessários e exagerados e, portanto, negligenciando-os (BISHAI et al., 2008).

Quanto à variável idade do responsável, foi comprovada associação entre a ocorrência de injúrias não intencionais e responsáveis com idade mais avançada. Isso pode estar relacionado ao fato de que pessoas mais velhas, por se considerarem experientes, têm mais segurança e acabam negligenciando um pouco o cuidado com as crianças (BISHAI et al., 2008). Por outro lado, pesquisa recente verificou que crianças, filhas de mães adolescentes, possuem maior risco de sofrer lesão não intencional (RAMOS; NUNES, 2014).

Em relação ao estado civil dos responsáveis pelas crianças, não foi observada associação desse com a ocorrência de injúrias, embora outros estudos demonstraram que, crianças filhas de pais separados ou solteiros, são mais propensas a terem lesões graves do que as filhas de pais que vivem juntos (DURKIN et al., 1994; KAHLMEIER et al., 2001).

Em pesquisas pregressas, foi observada que a ocorrência de injúrias não intencionais esteve relacionada com a presença de um grande número de filhos no domicílio (LAFLAME, 2001; PAES; GASPAR, 2005). No entanto, neste estudo, foi observada associação contrária, visto que a ocorrência de injúrias esteve associada a responsáveis que possuíam um menor número de filhos. Isso pode estar relacionado à falta de experiência no cuidado com as crianças e, também, a uma menor informação sobre a prevenção de injúrias por parte de pais de um ou dois filhos, quando comparados a pais de mais crianças.

Neste estudo, houve associação significativa entre um maior grau de escolaridade dos responsáveis pelas crianças e a ocorrência de lesões não intencionais. Isso poderia estar relacionado à perspectiva de que, quanto maior a escolaridade do responsável, mais qualificado ele é, e maiores as chances de trabalhar fora e não ter tanto tempo para se dedicar integralmente aos cuidados com a criança. Porém, não houve associação entre a ocorrência de injúrias não intencionais, nem com o fato dos responsáveis pelas crianças trabalharem fora de casa nem com o seu tipo de trabalho. Na literatura, não foi comprovada associação entre a escolaridade materna e a ocorrência de injúrias não intencionais sofridas pelas crianças, porém, filhos de mães com trabalho remunerado parecem ter menos chances de sofrerem esse agravo (DRACHLER et al., 2007).

A maioria dos responsáveis pelas crianças incluídas nesta pesquisa, cuidava dessas por, pelo menos, um período do dia ou por período integral. No entanto, não significa que dedicassem seu tempo somente a isso, visto que é muito comum as mães, por exemplo, dividirem-se entre os cuidados

com a criança e as tarefas domésticas. É possível que, independentemente dos pais trabalharem fora de casa, um importante aspecto a ser considerado é a presença de um cuidador que realize a supervisão de forma adequada. Em estudo recente, foi observado que, quanto maior a supervisão, menor é o risco das crianças sofrerem injúrias não intencionais (KUHN; DAMASHEK, 2015). Três aspectos são considerados essenciais para uma boa supervisão: atenção à criança e ao ambiente, a proximidade física e emocional e a continuidade da supervisão (PAES; GASPAR, 2005).

No presente estudo, não houve associação entre a ocorrência de injúrias e o tipo de residência em que as crianças moravam. Tanto casa quanto apartamentos oferecem perigos. O que determinará o risco de ocorrência de injúrias não intencionais é a forma como os mesmos se encontrarão organizados, incluindo a adequação dos sistemas de proteção em relação aos riscos presentes (RAMOS; NUNES, 2014).

As variáveis, número de pessoas e número de crianças que moram na residência não estiveram associadas com a ocorrência de injúrias não intencionais. Esses resultados corroboraram com os de outra pesquisa pregressa sobre o tema (MAYES; ROBERTS; STOUGH, 2014).

Neste estudo, encontrou-se associação entre a quantidade de bens de consumo presentes na residência e a ocorrência de injúrias não intencionais, sendo que a maioria das lesões não intencionais aconteceram em famílias que possuíam de 6 a 10 bens de consumo ou menos. Vários estudos indicam que crianças pertencentes a famílias de baixo nível socioeconômico têm mais chances de sofrerem injúrias não intencionais, visto que seus pais não têm condições de investirem em medidas de proteção como: cadeiras para crianças nos carros, grades em janelas e torneiras de regulação de temperatura (BERGER; MOHAN, 1996; OLSEN et al., 2015).

Porém, para alguns pesquisadores (MAYES; ROBERTS; STOUGH, 2014), a relação entre os recursos financeiros da família e o risco de lesão não intencional na infância pode não ser totalmente linear. Para eles, a ocorrência de injúrias entre as crianças pertencentes a famílias com menor e maior renda pode ser o resultado de fatores de risco semelhantes, ou únicos para cada um desses grupos. Assim, entendem que, embora aspectos como mais moradores em uma mesma casa ou instalações domésticas mal conservadas podem tornar a supervisão das crianças mais difícil para as famílias de baixa renda. Porém, as famílias de renda mais alta também enfrentam desafios, tais como casas maiores, aumento do número de itens na casa e grande demanda de tempo para o trabalho.

Por fim, é importante considerar que pesquisas como esta se fazem necessárias para que seja possível conhecer e identificar a ocorrência de possíveis fatores associados às injúrias não intencionais na infância. Proporcionando, a partir daí, a criação de programas educativos, envolvendo profissionais de saúde, pais ou responsáveis, para que haja uma transformação e repadronização de condutas, que irão proporcionar às crianças, ambientes saudáveis, diminuindo assim os fatores de risco para esse agravo.

CONCLUSÕES

A prevalência de injúrias não intencionais encontrada foi alta. Houve associação entre idade do responsável, número de filhos, grau de escolaridade e bens de consumo presentes em sua residência, com a ocorrência de injúrias não intencionais na infância.

Para que se delineiem estratégias de prevenção, é fundamental conhecer-se a frequência de lesões não intencionais nas crianças e os fatores associados a ela. A partir daí, será possível instituir ações conjuntas entre profissionais da área da saúde, governo e sociedade civil, para prevenir a ocorrência desse agravo. Nesse sentido, os resultados deste estudo revelaram a real situação sobre esse agravo nas crianças que frequentam as escolas municipais de Florianópolis e poderão orientar a criação de medidas de prevenção, bem como para quem devem ser direcionadas.

É importante ressaltar que todos os dados analisados nesta pesquisa são provenientes de informações referidas pelos entrevistados, ou seja, os responsáveis pelas crianças. Assim, os resultados do presente estudo podem estar sujeitos a viés de informação, resultado em subestimação ou superestimação das prevalências apresentadas.

Sugere-se que mais estudos epidemiológicos, em diferentes localidades, sejam realizados, a fim de guiar ações que contribuam para a prevenção e controle da ocorrência de lesões não intencionais em crianças.

REFERÊNCIAS

ABEP. **Critério de Classificação Econômica Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.abep.org/criterio-brasil>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

ABLEWHITE, J. et al. Approaches used by parents to keep their children safe at home: a qualitative study to explore the perspectives of parents with children aged under five years. **BMC Public Health**, v. 15, n. 983, p. 1-10, 2015a.

ABLEWHITE, J. et al. Parental perceptions of barriers and facilitators to preventing child unintentional injuries within the home: a qualitative study. **BMC Public Health**, v. 15, n. 280, p. 1-9, 2015b.

BERGER, L. R.; MOHAN, D. **Injury Control: a Global View**. USA: Oxford University Press, 1996.

BISHAI, D. et al. Risk Factors for Unintentional Injuries in Children: Are Grandparents Protective? **Pediatrics**, v. 5, n. 1, p. 980-987, 2008.

BRUSSONI, M. et al. Heterosexual gender relations in and around childhood risk and safety. **Qualitative Health Research**, v. 23, n. 10, p. 1388-98, 2013.

CDC - Centers for Disease Control and Prevention. **Cost Of Injury Reports 2010**. 2010. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/injury/wisqars/cost/index.html>>. Acesso em: 11 out. 2018.

CHANDAN, A.; HYDER, A. A.; PEEK-ASA, C. The global burden of unintentional injuries and an agenda for progress. **Epidemiologic Reviews**, v. 32, n. 1, p. 110-20, 2010.

COLLINS, N. C. et al. Are boys and girls that different? An analysis of traumatic brain injury in children. **Emergency Medicine Journal**, v. 30, n. 8, p. 675-8, 2013.

DAL SANTO, J. A. et al. Childhood Unintentional Injuries: Factors Predicting Injury Risk Among Preschoolers. **Journal of Pediatric Psychology**, v. 26, n. 4, p. 273-83, 2004.

DRACHLER, M. L. et al. Effects of the home environment on unintentional domestic injuries and related health care attendance in infants. **Acta Paediatrica**, v. 96, n. 8, p. 1169-73, 2007.

DURKIN, M. S. et al. Low-income neighborhoods and the risk of severe pediatric injury: a small area analysis in Northern Manhattan. **American Public Health Association Am J Public Health**, v. 84, n. 4, p. 587-92, 1994.

GARRIB, A. et al. Injury mortality in rural South Africa 2000-2007: Rates and associated factors. **Tropical Medicine International Health**, v. 16, n. 4, p. 439-46, 2001.

HÖLLWARTH, M. E. Prevention of unintentional injuries: a global role for pediatricians. **Pediatrics**, v. 132, n. 1, p. 4-7, 2013.

IMAMURA, J. H.; TROSTER, E. J.; OLIVEIRA, C. A. C. What types of unintentional injuries kill our children? Do infants die of the same types of injuries? A systematic review. **Clinics**, v. 67, n. 9, p. 1107-16, 2012.

KAHLMEIER, S. et al. Perceived environmental housing quality and wellbeing of movers. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. 55, n. 10, p. 708-15, 2001.

KENDRICK, D. et al. Home safety education and provision of safety equipment for injury prevention. **Evidence Based Child Health Cochrane Review Journal**, v. 8, n. 3, p. 761-939, 2013.

KUHN, J.; DAMASHEK, A. The role of proximal circumstances and child behaviour in toddlers' risk for minor unintentional injuries. **Injury control and safety promotion**, v. 21, n. 1, p. 30-4, 2015.

LAFLAME, L. Explaining socio-economic differences in injury risks. **Injury control and safety promotion**, v. 8, n. 3, p. 149-53, 2001.

MARTIN, C. A. et al. Race disparities in firearm injuries and outcomes among Tennessee children. **Journal of Pediatrics**, v. 47, n. 6, p. 1196-203, 2012.

MAYES, S.; ROBERTS, M. C.; STOUGH, C. O. Risk for household safety hazards: Socioeconomic and sociodemographic factors. **Journal of Safety Research**, v. 51, n. 1, p. 87-92, 2014.

MORROGIELLO, B. A.; DAWBER, T. Mothers' responses to sons and daughters engaging in injury risk behaviors on a playground: Implications for sex differences in injury rates. **Journal of Experimental Child Psychology**, v. 76, n. 2, p. 89-103, 2000.

MORRONGIELLO, B.; SCHMIDT, S.; SCHELL, S. Sibling supervision and young children's risk of injury: A comparison of mothers' and older siblings' reactions to risk taking by a younger child in the family. **Social Science & Medicine**, v. 71, n. 5, p. 958-965, 2010.

MYTTON, J. et al. The feasibility of using a parenting programme for the prevention of unintentional home injuries in the under-fives: a cluster randomised controlled trial. **Health Technology Assessment**, v. 18, n. 3, p. 1366-5278, 2014.

O'NEAL, E. E.; PLUMERT, J. M. Mother-Child conversations about safety: Implications Socializing safety values in children. **Journal of Pediatric Psychology**, v. 39, n. 4, p. 481-91, 2014.

OLSEN, L. L. et al. Fathers' views on their financial situations, father-child activities, and preventing child injuries. **American Journal of Men's Health**, v. 9, n. 1, p. 15-25, 2015.

PAES, C. E. N.; GASPAR, V. L. V. Unintentional injuries in the home environment: home safety. **Journal of Pediatrics**, v. 81, n. 5, p. 146-54, 2005.

PEARSON, M. et al. Preventing unintentional injuries to children under 15 years in the outdoors: a systematic review of the effectiveness of educational programs. **Injury Prevention**, v. 18, n. 8, p. 113-123, 2012.

PENDEN, M. World report on child injury prevention appeals to “Keep Kids Safe”. **Injury Prevention**, v. 14, n. 16, p. 413-4, 2008.

RAMOS, A. L. C.; NUNES, R. M. N. Criança em ambiente doméstico/familiar: consenso quanto aos fatores de risco de lesão não intencional. **Revista de Enfermagem Referência**, v. 4, n. 1, p. 45-54, 2014.

RUSSELL, K. M. Preschool children at risk for repeat injuries. **Journal of Community Health Nursing**, v. 15, n. 3, p. 179-90, 1998.

WAKSMAN, R. D.; GIKAS, R. M. C. Papel do pediatra no desenvolvimento do comportamento seguro. In: WAKSMAN, R. D.; GIKAS, R. M. C. **Segurança na infância e adolescência**. São Paulo: Atheneu, 2003. p. 21-31.

WAKSMAN, R. D.; PIRITO, R. M. B. K. O pediatra e a segurança no trânsito. **Jornal de Pediatria (Rio J)**, v. 81, n. 5, p. 181-8, 2005.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Violence, Injuries, and Disability: Biennial 2006-2007 Report**. Geneva, Switzerland: World Health Organization, 2008.

YANCHAR, N.; WARDA, L. J.; FUSELLI, P. Child and youth injury prevention: A public health approach. **Paediatrics and Child Health**, v. 17, n. 9, p. 511-2, 2012.

ZIA, P. N. et al. Understanding unintentional childhood home injuries: pilot surveillance data from Karachi. **BMC Research Notes**, v. 5, n. 37, p. 1-6, 2012.

